



DECRETO EXECUTIVO Nº 654, DE 15 DE ABRIL DE 2005.

NOTA DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO que a cópia do presente documento encontra-se afixado no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Coronel Barros pelo período de 30 (trinta dias).

15 de 04 de 05

Aprova regulamento para realização de concursos públicos visando o preenchimento de cargos e empregos públicos da Prefeitura Municipal de Coronel Barros - RS.

SENIO REINOLDO KIRST, Prefeito Municipal de Coronel Barros, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Legislação pertinente:

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o regulamento para os concursos públicos, visando o preenchimento de cargos e empregos públicos da Prefeitura Municipal de Coronel Barros/RS, constante como anexo do presente decreto.

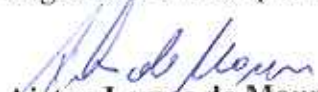
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Executivo nº 404, de 06 de setembro de 2001.

Coronel Barros, 15 de Abril de 2005.


Senio Reinoldo Kirst,
Prefeito

Registre-se e Publique-se.


Aírton Lemos de Moura,
Sec. Mun. Adm. Planej. Finan.

"Somar para Desenvolver"



ANEXO AO DECRETO Nº 654, DE 15 DE ABRIL DE 2005.

REGULAMENTO DE CONCURSOS

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O recrutamento e a seleção de candidatos para provimento de cargos e empregos públicos efetivos reger-se-á pelas normas estabelecidas neste regulamento.

Art. 2º Os concursos para provimento de cargos e empregos públicos, se denominarão públicos.

TÍTULO II
DO RECRUTAMENTO

Art. 3º O recrutamento se fará mediante a publicação do edital de abertura do respectivo concurso e processar-se-á de acordo com as normas nele contidas.

Art. 4º O edital de abertura do concurso será publicado, na íntegra ou sob a forma de extrato, na imprensa oficial e nos painéis para esse fim destinados, devendo, na última hipótese, ser indicado o local onde os interessados possam obter informações integrais das disposições que regerão o concurso.

Art. 5º O edital deverá conter :

- I - a data de abertura e de encerramento das inscrições, bem como o local e o horário em que as mesmas serão recebidas;
- II - os requisitos para recrutamento e provimento do cargo e/ou emprego público em concurso;
- III - descrição e/ou indicação de local de acesso das atribuições do cargo e/ou emprego público, objeto do concurso, número de vagas e a respectiva retribuição pecuniária;
- IV - os programas e/ou bibliografias e tipos de provas, com indicação das respectivas valorizações, caráter eliminatório ou classificatório e critério de julgamento;
- V - a nota mínima, ou percentual mínimo de acertos, exigida para aprovação, nas provas eliminatórias;
- VI - quaisquer outras exigências que devam ser atendidas pelos candidatos, ou informações que se fizerem necessárias à boa ordenação do concurso.

Art. 6º O prazo para inscrição será estabelecido de acordo com as necessidades de provimento, não podendo ser inferior a dez dias.

"Somar para Desenvolver"

Trav. 20 de Março, 001 - Centro - CEP: 98.735-000 - Coronel Barros/RS

<http://www.coronelbarros.rs.gov.br> - Fone: (55) 3333-9115

e-mail: coronelbarros@via-rs.net



§ 1º O prazo de inscrição somente poderá ser prorrogado nos concursos públicos, quando inexistirem candidatos inscritos ou seu número for inferior ao de vagas.

§ 2º Expirando o prazo de inscrição, não mais serão alterados os termos do edital de abertura.

Art. 7º O pedido de inscrição consistirá no preenchimento de formulário fornecido aos candidatos ou seus procuradores, observadas as normas do edital de abertura do concurso.

Parágrafo Único. Não serão admitidas inscrições condicionais.

Art. 8º A homologação do pedido de inscrição, quando prevista no concurso, será publicada por edital.

Parágrafo Único. Constará no edital referido neste artigo, a relação dos candidatos que tiverem seu pedido de inscrição negado, com as razões que determinaram o indeferimento.

Art. 9º Da negativa de inscrição caberá recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 2 (dois) dias úteis, imediatamente subseqüentes à data da publicação do despacho.

Art. 10. A inscrição será cancelada em qualquer fase do concurso, verificado o não cumprimento dos requisitos exigidos no edital ou constatada a ocorrência de erro ou fraude na sua obtenção.

§ 1º O cancelamento da inscrição determinará a anulação automática de todos os atos dela decorrentes.

§ 2º Será dada a publicidade ao cancelamento da inscrição, podendo o candidato interessado conhecer as razões que determinaram esse ato.

Art. 11. O limite da idade mínima aludida no edital para o recrutamento terá como ponto de referência a data da admissão.

TÍTULO III DA SELEÇÃO CAPÍTULO I

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

Art. 12. Reprovado em prova com caráter eliminatório, o candidato ficará impedido de concorrer nas demais provas e/ou estas não serão consideradas.

Art. 13. Os resultados das provas serão divulgados mediante edital.

Parágrafo Único. O edital poderá ser publicado na íntegra pela imprensa oficial ou substituído por aviso, com indicação do local onde estejam afixados os resultados, e/ou no painel de publicações da Prefeitura Municipal se já publicado calendário do Concurso com respectivos eventos e datas.

"Somar para Desenvolver"

Trav. 20 de Março, 001 - Centro - CEP: 98.735-000 - Coronel Barros/RS

<http://www.coronelbarros.rs.gov.br> - Fone: (55) 3333-9115

e-mail: coronelbarros@via-rs.net



Art. 14. Os candidatos serão submetidos às provas em dia, hora e local divulgados, mediante edital, publicado com a antecedência mínima de cinco dias.

§ 1º Somente será admitido à prestação de provas, o candidato que exhibir no ato, documento hábil de sua identidade.

§ 2º Não haverá segunda chamada em qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado.

Art. 15. Durante a realização das provas não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso;

II - consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar instrumentos próprios salvo os expressamente permitidos;

III - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na companhia do fiscal;

IV - portar-se inconvenientemente, perturbando, por qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

Art. 16. Nas provas que exigirem o emprego de aparelho de elevado valor, pertencente ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal, poderá ser determinada a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária aptidão ao seu manejo sem risco de danificá-lo.

Art. 17. Quando a correção de provas não for subordinada ao processamento eletrônico, o sigilo, quanto a identidade dos candidatos, será assegurado pelos atos solenes e públicos de desidentificação e identificação de Grades de Respostas e/ou cadernos de provas, ou ainda planilhas de avaliação. Sempre que adotada a grade de repostas, adotar-se-á o lacre dos cadernos de provas.

Art. 18. Será anulada a prova ou grade de respostas que apresentar ou contiver expressões que possibilitem sua identificação.

Art. 19. Quando o processo seletivo contiver prova de títulos, estes serão apresentados consoante as normas previstas no edital.

CAPÍTULO II DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DOS TÍTULOS

Art. 20. A nota será lançada, nas grades de respostas e/ou nas provas escritas, ou ainda, nas planilhas de avaliação, antes do trabalho de identificação, quando o processamento for manual.

Parágrafo único. Não será conferida nota à prova ou provas de candidato(s) em que a mesma tiver sido anulada por quaisquer dos motivos previstos nos artigos 15 e 18, mediante auto de apreensão de prova e exclusão de candidato, assinado, no mínimo, por dois Membros da Comissão Executiva e Examinadora.

"Somar para Desenvolver"

Trav. 20 de Março, 001 - Centro - CEP: 98.735-000 - Coronel Barros/RS

<http://www.coronelbarros.rs.gov.br> - Fone: (55) 3333-9115

e-mail: coronelbarros@via-rs.net



Art. 21. Na atribuição de pontos ou notas de qualquer prova, ou na apuração dos resultados parciais ou finais, ficam vedados os arredondamentos, salvo após o quarto dígito posterior a vírgula e que com isto não favoreça o desempate ou benefício deste em detrimento daquele.

Art. 22. Após o julgamento e a identificação pública das Grades de Respostas e/ou cadernos de provas, ou ainda, planilhas de avaliação, quando a correção não for subordinada a processo eletrônico, será dada vista das mesmas ou dos cadernos de provas, se a correção fora nestes realizada, aos candidatos, no local, prazo e forma especificados em edital.

Parágrafo único. Fica assegurado ao candidato o exame do gabarito da prova.

Art. 23. O julgamento dos títulos será feito nos termos dos critérios estabelecidos no edital de abertura do concurso.

§ 1º Quando o concurso for de provas e de títulos, a estes não poderá ser atribuído valor superior a 25% do valor daquelas.

§ 2º Somente serão apreciados os títulos apresentados no prazo e forma fixados nos editais ou avisos.

§ 3º Será facultado ao candidato, após a publicação do resultado, tomar ciência dos pontos atribuídos a cada um dos seus títulos apresentados.

Art. 24. Os resultados gerais somente serão publicados com a classificação dos concorrentes, quando:

I - não existirem pedidos revisionais pendentes de decisão administrativa;

II - tiver expirado o prazo para apresentação dos pedidos de revisão, sem que os candidatos dele tenham se valido.

CAPÍTULO III DO PEDIDO DE REVISÃO DAS PROVAS

Art. 25. No caso de desconformidade com o grau que lhe tiver sido atribuído, em cada prova específica ou por ocasião da divulgação dos resultados parciais do concurso, será permitido ao candidato formular pedido de revisão o qual será processado consoante às regras estabelecidas neste capítulo.

Art. 26. O pedido de revisão, deverá ser formulado dentro de 2 (dois) dias úteis a contar da data imediatamente subsequente à da publicação do resultado que o ensejar.

Art. 27. Constará o pedido de revisão de petição fundamentada dirigida ao Presidente da Comissão Examinadora, contendo os seguintes elementos:

I - nome e número de inscrição do candidato;

II - indicação do concurso de que esteja realizando;

"Somar para Desenvolver"

Trav. 20 de Março, 001 - Centro - CEP: 98.735-000 - Coronel Barros/RS

<http://www.coronelbarros.rs.gov.br> - Fone: (55) 3333-9115

e-mail: coronelbarros@via-rs.net



III - objeto do pedido;
IV - exposição detalhada e fundamentada das razões que o moti-
varam.

Art. 28. A petição será examinada pela Comissão Examinadora,
que:

- I - proporá o indeferimento liminar do pedido, se formulado fora do prazo ou não contiver os elementos indicados no artigo anterior.
- II - analisará os argumentos, após cumpridas as exigências ne-
cessárias.

Art. 29. O examinador ou a Comissão Examinadora depois de co-
nhecer as razões apresentadas pelo recorrente, emitirá parecer fundamentado,
só podendo propor alteração de nota atribuída anteriormente, se ficar evidenciado erro de fato na correção ou na aplicação do critério de julgamento da prova ou dos títulos.

§ 1º Provido o pedido de revisão, a Comissão Examinadora pro-
videnciara:

- I - a correção das provas/grades/planilhas dos candidatos do cargo respectivo, à luz do novo gabarito e/ou reavaliação de títulos, se for o caso, ou ainda, de provas práticas.
- II - a atribuição dos pontos respectivos aos candidatos que, mesmo que não tenham interposto pedido de revisão, hajam respondido ou enquadrados no novo parâmetro de acordo com o que a Comissão Examinadora vier a reconhecer como certo, em função de pedido de revisão de outro candidato.

Art. 30. Com o parecer da Comissão Examinadora será o expediente submetido à ciência do Presidente da Comissão Executiva.

Art. 31. Será dado ciência ao recorrente do despacho final do Presidente da Comissão Executiva.

Art. 32. A prova ou matéria somente será anulada:

- I - se forem constatadas irregularidades formais no processamento do concurso;
- II - se houver inobservância quanto ao sigilo;
- III - se houver anulação de mais de quarenta por cento das questões formuladas.

Parágrafo único. No caso de anulação da prova ou matéria, deverá ser a mesma repetida, mantidos o número e o valor das questões e observado igual peso, dela somente podendo participar os candidatos que tiverem comparecido e prestado a prova objeto da anulação.

Art. 33. Durante a realização do concurso, os candidatos poderão dirigir reclamação ao Presidente da Comissão Examinadora, quanto a quaisquer irregularidades ocorridas.

"Somar para Desenvolver"



Parágrafo único. A reclamação deverá ser formulada por escrito no prazo de dois dias úteis, a contar da data da ocorrência.

TÍTULO IV DAS COMISSÕES

Art. 34. Para os concursos serão expressamente constituídas uma Comissão Examinadora e uma Comissão Executiva.

Art. 35. À Comissão Examinadora compete:

I - a elaboração dos programas e/ou definição das bibliografias das provas;

II - a elaboração das provas escritas e seu julgamento;

III - a elaboração, a aplicação e o julgamento das provas práticas;

IV - o julgamento dos títulos;

V - o reexame das provas, ou dos títulos, sempre que houver pedido de revisão que se vincule à sua competência, emitindo parecer respectivo.

Art. 36. À Comissão Executiva competem os trabalhos de supervisão das inscrições, da aplicação das provas e o exercício do poder de polícia, durante todo o processamento do Concurso.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 37. Todos os prazos previstos ou referidos neste Regulamento contam-se a partir do primeiro dia útil posterior ao da divulgação.

Art. 38. A divulgação total ou parcial de Editais, avisos ou outros atos necessários ao adequado andamento dos processos seletivos far-se-á através da publicação, na imprensa oficial e/ou nos painéis destinados a esse fim.

Art. 39. Os candidatos convocados para assumir, e que não queiram, deverão manifestar formalmente a DESISTÊNCIA da vaga ou a POSTERGAÇÃO, optando pela última colocação na Classificação Final do respectivo cargo.

Art. 40. Quando requerido pelo candidato aprovado, ser-lhe-á expedido certificado correspondente ao concurso no qual se habilitou.

Art. 41. Os candidatos portadores de deficiências físicas que buscarem inscrição, a mesma dar-se-á nos termos da Legislação pertinente.

"Somar para Desenvolver"

Trav. 20 de Março, 001 - Centro - CEP: 98.735-000 - Coronel Barros/RS

<http://www.coronelbarros.rs.gov.br> - Fone: (55) 3333-9115

e-mail: coronelbarros@via-rs.net



Art. 42. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Presidente da Comissão Examinadora e pelo Presidente da Comissão Executiva, conjuntamente.

Art. 43. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel Barros, em 15 de Abril de 2005.


Senio Reinoldo Kirst.,
Prefeito

"Somar para Desenvolver"